



RELATÓRIO E CONTAS

1^o semestre de 2004

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2745-553 Barcarena

Capital Social: 20.000.000 €

***Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184***

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

ORGÃOS SOCIAIS

M a n d a t o 2 0 0 3 - 2 0 0 6

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Morais Leitão
Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos
Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Brás Monteiro
Vogais: António Pedro Pinto de Ruella Ramos
António Alexandre Pires Brás Monteiro
José Luis André Lavrador
António Pedro Marques Patrocínio

CONSELHO FISCAL

Presidente: António de Almeida
Vogais: Nuno Martins
Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

EXERCÍCIO DE 2004

1º SEMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da lei, designadamente do que está contido no Art. 246º do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 00/11 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e restantes documentos de prestação de contas reportados a 30 de Junho de 2004.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados da Empresa durante o 1º semestre do exercício referido.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA

Embora prosseguindo uma tendência de recuperação, que se deverá consolidar em 2004, a economia mundial foi confrontada no início do ano com novos obstáculos ao crescimento, designadamente os atentados de Madrid e o avolumar das tensões no Médio Oriente que reavivaram o receio de terrorismo na Europa, com consequências negativas para os mercados accionistas e efeitos ainda incertos na actividade económica.

A economia mundial foi também confrontada no primeiro trimestre do ano com um preço de petróleo acima das expectativas por efeito da depreciação do dólar e da política de limitação da exploração levada a cabo pelos países da OPEP; o preço do crude subiu para 32,36 USD por barril no fim do 1º trimestre e elevou-se para valores à volta dos 40 USD por barril no final do semestre.

Apesar de algum impacto negativo sobre os níveis de confiança dos agentes, os acontecimentos acima referidos não deverão alterar de forma muito significativa o cenário de uma recuperação da economia mundial podendo, apenas eventualmente, tornar este processo mais demorado.

A economia dos EUA deverá continuar a fortalecer-se ainda que o crescimento do PIB tenha sofrido um arrefecimento no segundo trimestre do ano – 1,1% no 1º trimestre, contra 0,7% no 2º trimestre -.

O arrefecimento no Japão foi bastante mais acentuado: crescimento de 1,6% no 1º trimestre, contra 0,4% no 2º trimestre.



A recuperação da economia da Zona Euro deverá prosseguir a um ritmo ainda tímido até ao fim do ano. Tendo registado um crescimento do PIB no segundo trimestre do ano da ordem dos 0,6%, contra um crescimento de 0,7% nos três primeiros meses do ano, alicerçado fundamentalmente nas exportações e confrontando-se com uma procura interna relativamente débil, a Comissão Europeia manteve inalterável a previsão de crescimento para os dois trimestres restantes à volta de 0,5%, o que equivale a dizer que, a confirmarem-se estas previsões a economia Europeia continua a perder peso relativamente aos EUA.

No conjunto dos 25 países da UE o PIB cresceu 0,6% no 2º trimestre contra 0,7% no primeiro trimestre.

Traduzindo alguma incerteza no que toca ao clima de confiança dos agentes económicos, pode apontar-se a evolução dos índices bolsistas nos vários mercados financeiros, manifestando comportamentos hesitantes, mas todos consistentes.

Assim, o PSI 20 situava-se no final de 2003 nos 6.747, cresceu até Março para 7.540 e no final do semestre estava nos 7.387. O IBEX situava-se no final do ano em 7.737, cresceu até Março para os 8.018 e, no final do semestre estava nos 8.078. O CAC situava-se no final de 2003 em 3.558, evoluiu até Março para os 3.625 e estava no final de Junho em 3.733. O DAX situava-se no final do ano em 3.965, evoluiu até Março para 3.857 e, no final do semestre estava nos 4.053. O FTSE situava-se no final de 2003 em 4.477, evoluiu até Março para 4.386 e estava no final de Junho em 4.464. O Dow Jones situava-se no final do ano em 10.454, evoluiu até março para 10.358 e estava no final do semestre em 10.435, enquanto que o Nasdaq situava-se no final do ano em 2003, evoluiu até Março para 1.994 e estava no final de Junho em 2.048.

As taxas de juro revelaram uma evolução consistente com os comportamentos da economia entre os semestres; assim, a Euribor a 3 Meses desceu de 2,124 no final do ano, para 1,958 no final de Março para inverter a tendência e subir para 2,120 no final do semestre. A Euribor a 6 Meses evoluiu de 2,168 no final do ano, para 1,936 em fins de Março, e registou um crescimento mais acentuado, fixando-se em 2,195 no fim do semestre.

A economia portuguesa ganhou velocidade no 2º trimestre, com o PIB a crescer 1,2% face ao início do ano, e 1,5% se comparada com período homólogo de 2003, sendo esta performance a melhor taxa de variação desde o terceiro trimestre de 2000, superando a previsão de Bruxelas, que apontava para 0,5%. A base da subida veio, porém e contra as expectativas, do consumo privado que cresceu 2,8% relativamente a período homólogo, contribuindo com 1,8 pontos percentuais para o crescimento homólogo do PIB e do investimento que registou um crescimento de 3,9% em volume face a trimestre homólogo, acelerando face ao trimestre anterior, em que o crescimento tinha sido 1%.

O contributo da procura externa líquida permanece desfavorável, uma vez que as importações de bens e serviços cresceram 9,8% em volume no 2º trimestre, face a igual período, enquanto que as exportações apenas cresceram no mesmo período 8,1% face a período homólogo.



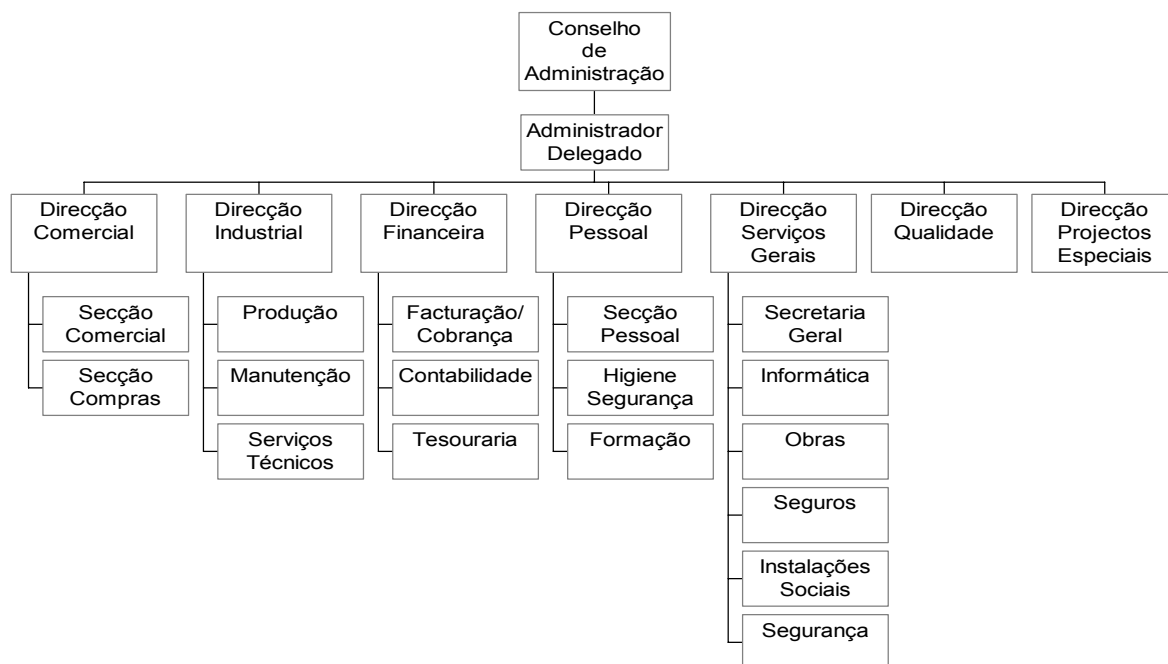
Segundo alguns analistas, o maior ritmo de crescimento registado em Portugal durante os dois trimestres do ano não é ainda suficiente para garantir a sustentabilidade da retoma económica, exactamente em função de o maior contributo para o crescimento assentar na procura interna, ainda que o crescimento do investimento seja apreciável, manifestando preocupação com o comportamento da procura externa.

1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, no seu Anexo I, a Empresa dá conta, nos itens seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos aplicáveis.

1.2.1. – Divulgação de Informação

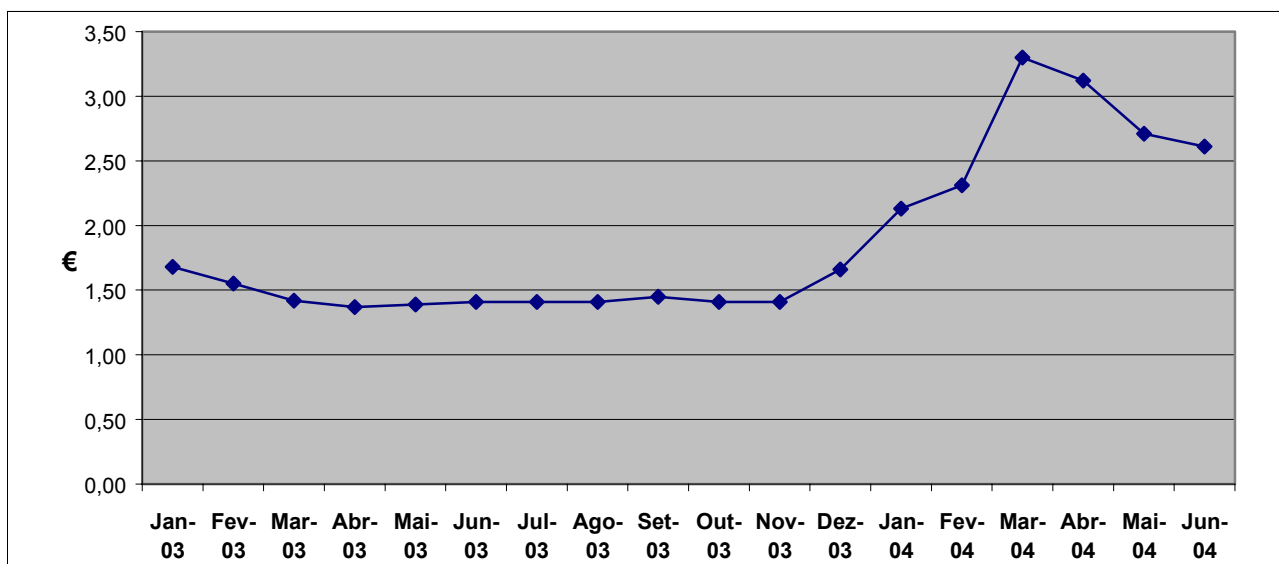
1. A Administração funciona de forma colegial, com um Administrador - Delegado ao qual reportam directamente sete Direcções: Comercial, Industrial, Financeira, Pessoal, Serviços Gerais, Projectos Especiais e Qualidade. O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação das várias empresas que constituem o “Grupo”, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de uma mais valia da empresa e das suas participadas, através da prestação de serviços de qualidade, prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são seguidos sempre critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.



O Conselho reúne, no mínimo, uma vez por mês, e também sempre que algum dos seus membros o convoca.

2. Não houve, no semestre em análise, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos relativamente ao exercício anterior.

A evolução da cotação das acções ao longo dos últimos tempos, pode ser ilustrada pelo gráfico abaixo que evidencia uma descida no 1º trimestre de 2003, uma estabilização entre Março e Setembro em torno de 1,40 Euros e, em seguida, um incremento significativo, particularmente expressivo no 1º trimestre de 2004, em que registou uma valorização de 85%, passando de 1,66 Euros no final do ano para 3,3 no final do 1º trimestre; no 2º trimestre do ano de 2004 registou-se uma queda de 3,3 para 2,61 Euros, traduzindo uma perda de 0,69 Euros, equivalente a 21%.



Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

3. Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 80\$00/acção, política abandonada em 2001 por força das circunstâncias que envolveram a actividade. Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível, sem com tal intenção afectar a segurança económico-financeira da Empresa.



4. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
5. Não são utilizados meios electrónicos na divulgação dos documentos preparatórios das reuniões de Assembleias, salvo a divulgação dos Relatórios e Contas periódicos, Demonstrações Financeiras e as Comunicações ao Mercado – Factos Relevantes e Outros Comunicados.
Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade, quer em Comunicados para a CMVM, quer através do seu sítio na Internet, quer, ainda, através de contactos com a comunicação social.
6. Gabinete de Apoio ao Investidor: não existe propriamente um Gabinete deste tipo, nem a situação justificaria. O Representante para as Relações com o Mercado é o Administrador, com particular competência para a área financeira e económica, Dr. José Luís André Lavrador, e todos os Accionistas ou interessados em informações da Sociedade são pessoalmente atendidos. O acesso é normal bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto por correspondência, nem qualquer outra limitação. Para participar nas Assembleias Gerais basta ter um voto, isto é, um mínimo de 100 acções (de 5 Euros cada) e é necessário que essas acções estejam depositadas em nome do accionista na instituição financeira com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data de realização da Assembleia.

Nas Convocações são claramente explicitadas também as formas de votação por correspondência, conforme recomendação da CMVM.

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a LISGRÁFICA ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração a quem reporta os resultados das suas acções.



3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, SA) e a LISGRÁFICA, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. O Conselho de Administração, cujos 5 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Dr. António Brás Monteiro
Vogais	Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos
	António Alexandre Brás Monteiro (Administrador Delegado)
	Dr. José Luis André Lavrador
	Eng.º António Pedro Marques Patrocínio

Administradores independentes, são os que não têm interesse, participação ou relações especiais com a empresa maior accionista. Estão neste caso os Srs. Dr. José Luis André Lavrador e Eng.º António Pedro Marques Patrocínio.

Dr. António Brás Monteiro: é também Administrador da “Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.”, Presidente do Conselho de Administração da “Gestprint, SGPS, S.A.” e da “Gestigráfica, SGPS. S.A.”

Dr. António Ruella Ramos: é também Presidente do Conselho de Administração da “Renascença Gráfica, S.A.”, do “Diário de Lisboa, S.A.”, Administrador da “Gestprint, SGPS, S.A.”, Administrador da “Gestigráfica, SGPS, S.A.” e Presidente da Assembleia Geral da “Impreger, SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva;
3. O funcionamento e frequência das reuniões do Conselho de Administração estão referidos em 1.2.1;
4. Não existe qualquer comissão de controlo interno;



5. A remuneração dos titulares do Conselho de Administração não está ligada à evolução da cotação das acções nem dos resultados da sociedade;
6. Não existem prémios de desempenho nem partes variáveis da remuneração, e todos os administradores são executivos (n.º 1 do Cap. 1.2.4). Os custos no semestre com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de 123.993 Euros, e dizem respeito a três dos seus membros, uma vez que os outros dois são remunerados pela “GESTPRINT, SGPS, S.A.”, sociedade com a qual a LISGRÁFICA tem um contrato de gestão referido neste Relatório e no Anexo.

No tocante aos Auditores Externos, os encargos associados representaram 30 mil Euros em idêntico período.



2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO SEMESTRE

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Depois de ter sofrido nos últimos três anos os efeitos decorrentes de uma conjuntura económica de recessão, traduzida na forte queda do investimento publicitário em todos os meios, mas com especial acuidade no papel, registou-se no semestre um atenuar de tal situação havendo indicadores a apontar para o início de um clima de alguma recuperação.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura económica a sair de estagnação, a acreditar na evolução do Consumo Privado que cresceu 2,8% no 2º trimestre, face a trimestre homólogo de 2003 e no Investimento que cresceu 3,9% em volume, face também a trimestre homólogo, parece ter-se atenuado o clima de desconfiança dos agentes económicos, sentimento também reflectido na evolução das cotações bolsistas.

O Sector Gráfico no primeiro semestre de 2004 foi condicionado pela continuação do forte dinamismo editorial com sinais cada vez mais fortes de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços entre unidades nacionais e até acentuada pela concorrência de Espanha, pela expectativa quanto ao esforço de investimento, e por alguma incerteza que se instalou no mercado sobre a consistência dos sinais de retoma.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o 1º semestre de 2004 foi influenciada pela autonomização da “Operação Jornais”, em consequência da constituição da *Grafedisport* ocorrência que determinou a “perda” da fatia de facturação do Departamento de Jornais que em período homólogo de 2003 havia representado 2,1 milhões de Euros, bem como pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro que provocou a perda de uma Rotativa de Revistas e a paralização de outra durante cerca de um mês; tal limitação de meios levou a que a Empresa tivesse que reprogramar a sua produção adequando-a à capacidade produtiva resultante, mas teve como consequência directa a não transferência acordada dos títulos da Lusomundo impressos na Naveprinter/Espanha bem como a não aceitação de alguns trabalhos comerciais/Folhetos pontuais.

Como reflexo de todos os condicionalismos apontados e já expurgado da saída da “Operação Jornais” para a *Grafedisport* registou-se uma queda das Vendas, face a semestre homólogo, de cerca de 758,4 mil Euros (4,5%), verificada na Família “Revistas” e explicada pela limitação de meios assinalada, uma vez que nas restantes Famílias se registou crescimento.

A comparação com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio global de cerca de um milhão de Euros (6%), ainda desfavorável, também explicado pela limitação de meios.



Foram durante o exercício de 2003 prosseguidas medidas tendentes a um controlo rigoroso dos custos e à sua melhor adequação às novas condições de laboração, medidas que foram continuadas no 1º semestre em análise.

Tais medidas permitiram alcançar uma economia em Custos Operacionais de cerca de 1,8 milhões de Euros (10%) entre semestres homólogos, enquanto que em Custos Financeiros se operou uma redução de cerca de 387 mil Euros (15%).

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais um desvio negativo de cerca de 672 mil Euros (4,2%) e no tocante a Custos Financeiros uma economia de cerca de 123 mil Euros (5,4%).

Ainda assim, irá a Lisgráfica continuar a implementar as medidas de reestruturação conducentes à busca de mercados/segmentos alternativos de mercado, ao controlo rigoroso e apertado de custos e guerra ao desperdício e ainda ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custo/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do sector, designadamente flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupação pela qualidade e cumprimento de prazos.

Concretizada que foi, logo no início do ano, a iniciativa de autonomização da “Operação Jornais”, através da parceria, à partida estabelecida com a Cofina, e que consistiu na constituição de uma Sociedade – *Grafedisport* - visando a operação de impressão e expedição automática de jornais, onde a Lisgráfica participa com 50% do capital social que realizou, bem como as prestações acessórias, através da entrega de equipamentos do antigo Departamento, irá ser levada a cabo, no 2º semestre, a alienação dos restantes equipamentos do Departamento de Jornais.

Paralelamente, e no âmbito das medidas de reestruturação da Empresa e das Grandes Opções estratégicas, desenvolveu-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica que possibilitaria a respectiva venda e encaixe associado, originando a queda do financiamento garantido por tal património e a passagem a um regime de arrendamento temporário do todo ou parte das instalações/edifícios em causa.

Tal operação concretizou-se em 20 de Julho e traduziu-se na venda ao *Gespatrimónio* dos Activos Imobiliários da Lisgráfica com a celebração simultânea de um Contrato de Arrendamento de tais Instalações por um período de 15 anos.

O encaixe resultante de tal operação permitiu a redução do Passivo Financeiro em cerca de 30 milhões de Euros, concorrendo adicionalmente para a obtenção de Garantias Bancárias necessárias à assinatura do PEC - Processo Extrajudicial de Conciliação, oportunamente apresentado ao IAPMEI com vista à regularização de responsabilidades fiscais.



Prosseguiram, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras, no quadro da opção estratégica de mobilizar os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando a actividade nos processos ou parcerias de negócio geradoras de valor tendo-se concretizado, já em Julho, a venda de 32% da participação na Naveprinter, detida directamente pela Lisgráfica, a uma Empresa do Grupo PT, bem como a assinatura do Protocolo de venda da posição detida pela Lisgráfica no Guião/Videodata a um MBO do Guião, cujo efeito havia já sido reflectido nas Contas da Empresa em fins de 2003.

Este conjunto de medidas conferiu às Contas da Empresa um maior rigor fazendo com que as Demonstrações Financeiras assim construídas espelhem com maior verdade a realidade da Vossa Empresa.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

Impressão de Revistas

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam deagrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.



O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no respeito à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi contratada a respectiva substituição, estando assegurada a instalação da unidade nova por forma a operar em Outubro.

Durante o lapso de tempo em que a capacidade se mostrou afectada, foi reorganizada a produção face aos meios disponíveis, atrasou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica e recorreu-se a subcontratação externa para os trabalhos insusceptíveis de cumprir por meios próprios, designadamente Listas Telefónicas.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2004	1º Semestre/2003
747.967	671.585

Apesar dos condicionalismos em que se desenrolou a actividade no período, constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 76 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2003, equivalente a cerca de 12%; o crescimento a que aludimos compreende um incremento forte de produção de Listas Telefónicas a quatro cores, tendo representado no semestre em análise cerca de 68 milhões de cadernos.

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “Muller-Martini” modelo 300, uma Linha “Heidelberg”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, uma Linha “Muller-Martini” modelo Tempo, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “Ferag” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.



No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “Corona” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “Image” montado em linha de alimentação “Bhurs Zandaam” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “Creo Scitex” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, Linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “Creo”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou, no semestre, uma produção de cerca de 105 milhões de exemplares, enquanto que a Capa Colada registou uma produção de cerca de 9 milhões de exemplares.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o semestre, cerca de 3 milhões de volume

Impressão de Jornais

Em resultado do amadurecimento durante o exercício de 2003 de uma ideia traduzida na autonomização da “Operação Jornais”, que configurava uma distribuição de risco e investimento, foi estabelecida uma parceria de negócio com o “Grupo Cofina”, envolvendo a “impressão de jornais” com possível extensão ao “finishing/distribuição”.

Tal parceria concretizou-se em princípio de Janeiro de 2004, através da criação de uma nova Empresa de Impressão de Jornais – *Grafedisport* – detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com um capital social de 2,5 milhões de Euros, realizado no tocante à Lisgráfica através da cedência de equipamento.

logisticamente a nova Unidade funciona em termos industriais nas antigas instalações da Lisgráfica (Departamento de Jornais), tendo integrado os trabalhadores daquele Departamento da Lisgráfica e partilhado o espaço e infraestruturas necessárias ao abrigo de um Protocolo de Colaboração.



A Grafedisport herdou a carteira de Clientes de Jornais da Lisgráfica e, em termos de meios de produção, passou a dispôr dos Equipamentos transferidos da Lisgráfica, de uma *Rotativa Regioman* adquirida à MAN Roland, cuja instalação e fase de testes acabaram no final do 1º trimestre de 2004, e cuja capacidade e características de impressão permitiram a substituição de três das quatro rotativas da Lisgráfica.

As duas Rotativas Mercury sobrantes foram transferidas, durante o semestre, para a Naveprinter no sentido de harmonizar a impressão dos títulos da edição Norte do Editor Cofina com a edição Sul.

Os meios disponíveis foram complementados com um investimento em “*finishing*” que consiste na instalação de *Linhas Muller Martini* que possibilitam o encarte e expedição automática dos jornais, à saída da linha de impressão. Foi também instalado um Novo Sistema de Transporte à Chapa *CreoScitex*, que permite o diálogo on-line entre a redacção e a fábrica, para execução de chapa e impressão dos títulos, com vista a tirar vantagem de tal tecnologia.

Em consequência de tais iniciativas, a Lisgráfica já não desenvolveu, durante o semestre, actividade directa neste segmento.

Impressão de Boletins

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins (Mil Boletins)	
1º Semestre/2004	1º Semestre/2003
27.930	39.250

Apesar das tentativas empreendidas pelo Editor para dinamizar as apostas desportivas, continua a registar-se uma tendência regressiva da parte dos apostadores. Assim, ao longo de 2002 registou-se uma descida de 78 milhões de Boletins (42,4%) face ao ano transacto, depois de uma descida de 44 milhões (19%) registada em 2001, mantendo-se a tendência de descida, ainda que mais suave, em cerca de 4 milhões (3,7%) entre 2002 e 2003.

Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apostado no lançamento, em finais do ano de 2001, das apostas on-line, a Lisgráfica iniciou a produção de Boletins compatíveis, em termos de leitura, pelos terminais das duas gerações, estando neste momento a produzir apenas Boletins para apostas on-line das gamas “*Totoloto*”, “*Totobola*” e “*Totogolo*”.



Verifica-se um decréscimo, em relação ao semestre homólogo, de cerca de 11 milhões de boletins (29%) que, de resto, vem confirmar a tendência anterior e traduz o abrandamento de actividade correspondente à consolidação da nova gama de boletins de “uma via”, para múltiplas semanas, em substituição da anterior gama de boletins de “duas vias com químico”, após a fase de transição em que conviveram as duas espécies de boletins.

A produção anual deverá situar-se nos 60 milhões de Boletins, tendo a linha de produção sido concebida em 1994, a pedido do cliente, para 500 milhões/ano (10 milhões/semana), donde facilmente se alcança o actual desajustamento entre meios disponíveis e necessários, realidade que leva a encarar a hipótese de afectação de uma das rotativas a outros produtos.

Impressão de Listas

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispões de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

Produção de Listas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2004	1º Semestre/2003
129.626	163.809



A produção comparada acima referida refere-se à produção de Listas até três cores e indicia uma redução de 34 milhões de cadernos (20%), traduzindo uma alteração do plano editorial que irá concentrar no 2º semestre do exercício um maior volume de produção.

Numa perspectiva global da produção, independentemente do Departamento onde são impressas, verificou-se no semestre uma produção total de 3,1 milhões de volumes, para um plano editorial que comporta cerca de 7,2 milhões de livros.

Investimento

Durante o semestre em análise, o investimento efectuado assumiu a expressão de 1.243,2 mil Euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Equipamentos Básicos	1.117,8 mil Euros
Equipamento de Transporte	18,7 mil Euros
Equipamento Administrativo	0,4 mil Euros
Outras Imobilizações	18,2 mil Euros
Imobilizações em Curso	88,1 mil Euros

tendo, durante o mesmo período, ocorrido abates de cerca de 11,062 milhões de Euros, onde se destacam os equipamentos do Departamento de Jornais, transferido para a *Grafedisport*, com que a Lisgráfica realizou a sua parte de capital/prestações acessórias, bem como o abate parcial da Rotativa Heidelberg Sunday de 48 páginas, atingida pelo incêndio do início do ano.

Durante o semestre foram transferidos de Imobilizações em Curso para contas de Terceiros cerca de 1,840 milhões de Euros, correspondentes ao investimento feito pela Lisgráfica na *Regioman* destinada à *Grafedisport*, enquanto que foram transferidos de Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas para Imobilizações Corpóreas 1,250 milhões de Euros, correspondentes ao adiantamento feito à Heidelberg por conta do fornecimento dos *Novos Grupos da Rotativa M600*.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2004, em 159,3 milhões de Euros.



Finanças

Logo no início do semestre foi concretizada a iniciativa de autonomização da “Operação Jornais” através da criação de uma Empresa autónoma *Grafedisport*, participada em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com um capital social de 2,5 milhões de Euros.

A Lisgráfica realizou a sua parte de capital/prestações acessórias em equipamentos, enquanto que a Investec o fez em numerário.

A nova unidade herdou a carteira de clientes da Lisgráfica, e para a Grafedisport transitaram os trabalhadores do ex-Departamento de Jornais da Lisgráfica e funciona logisticamente nas antigas Instalações do Departamento de Jornais da Lisgráfica, no âmbito de um Protocolo de colaboração acordado entre as partes.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 2.257,7 mil Euros; deste valor, 1.490,6 mil Euros representam amortização de capital e 767,1 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 30/6/04, representam um total de 24.452,7 mil Euros, subdivididos em 4.361,5 mil Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 20.091,2 mil Euros como responsabilidades a M/L prazo; sublinha-se que nesta especialização não foi tido em conta a assumpção como responsabilidade de curto prazo dos Contratos de leasing imobiliário – Imoleasing e BPI Leasing – envolvidos na operação imobiliária que se consumou em Julho, bem como a eliminação da responsabilidade relativa ao contrato da Rotativa Heidelberg sinistrada em função da regularização da indemnização por parte da Seguradora.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 12 milhões de Euros e 518,7 mil Euros de juros.

Foram liquidados Emissões associadas a Programa de Papel Comercial no montante de cerca de 362,3 mil Euros e Encargos Financeiros associados da ordem dos 350,7 mil Euros.

O valor do esforço ligado a regularização de Passivo Financeiro representou, em consequência, no semestre cerca de 14 milhões de Euros, a que acrescem os 4,5 milhões de Euros satisfeitos à Locapor, em consequência da redução do Contrato envolvendo a Rotativa sinistrada.

Apesar de se tratar de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico, as acções da Lisgráfica sofreram, no semestre, uma evolução caracterizada por uma subida consistente no 1º trimestre em que valorizaram dos 1,66 Euros no fim do ano até 3,3 no final do trimestre para caírem até aos 2,61 em final do semestre, registando no conjunto do semestre um ganho de 0,95 por acção..



A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior a que se juntam 110.713 acções do BCP.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos da exploração, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2004/05, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Paralelamente, e no âmbito das medidas de reestruturação da Empresa e das Grandes Opções estratégicas, desenvolveu-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica que possibilitaria a respectiva venda e encaixe associado, originando a queda do financiamento garantido por tal património e a passagem a um regime de arrendamento temporário do todo ou parte das instalações/edifícios em causa.

Tal operação concretizou-se em 20 de Julho e traduziu-se na venda ao *Gespatrimónio* dos Activos Imobiliários da Lisgráfica com a celebração simultânea de um Contrato de Arrendamento de tais Instalações por um período de 15 anos.

O encaixe resultante de tal operação permitiu a redução do Passivo Financeiro em cerca de 30 milhões de Euros, concorrendo adicionalmente para a obtenção de Garantias Bancárias necessárias à assinatura do PEC - Processo Extrajudicial de Conciliação, oportunamente apresentado ao IAPMEI com vista à regularização de responsabilidades fiscais.

Proseguiram, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras, no quadro da opção estratégica de mobilizar os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando a actividade nos processos ou parcerias de negócio geradoras de valor tendo-se concretizado, já em Julho, a venda de 32% da participação na Naveprinter, detida directamente pela Lisgráfica, a uma Empresa do Grupo PT, bem como a assinatura do Protocolo de venda da posição detida pela Lisgráfica no Guião/Videodata a um MBO do Guião, cujo efeito havia já sido reflectido nas Contas da Empresa em fins de 2003.

[Mercado](#)

As considerações feitas no capítulo 2.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o 1º semestre do ano explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante tal período.



Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do semestre e indiciam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da Produção e Vendas da Lisgráfica.

Em matéria de publicidade, parâmetro determinante do comportamento dos Editores e, consequentemente do nível de actividade das Gráficas, devemos referir que os seis maiores Grupos mundiais de publicidade – Omicom, WPP, Dentsu, Publicis, Interpublic e Havas – anunciaram crescimento de Receitas e Lucros com percentagens que variam entre 3% e 15%, ao mesmo tempo que, a nível nacional, foi tornado público um aumento esperado do investimento publicitário nos meios, expurgado do efeito Euros 2004 e Rock in Rio, da ordem dos 14%.

Registaram-se algumas movimentações indiciando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, mas no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade e rentabilidade dos recursos, preocupação acrescida em função da limitação de meios decorrente do sinistro, tendo-se agudizado sobremaneira a concorrência em matéria de preços, esmagando as margens agora já não só na Família de *Folhetos/Catálogos* em que a concorrência é sempre particularmente agressiva.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico.

Durante o semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente a revista semanal ligada ao desporto “*Dez*” da Edisport, a revista “*Sábado*” editada pela Presselivre, uma *newsmagazine* semanal, uma publicação dirigida a assuntos de culinária “*Coisas de Cozinha*” editada pela Impala, “*Espaços & Casas*”, suplemento semanal editado pela Sojornal e distribuído com o Expresso, uma publicação semanal “*Cosmopolitan Pocket*” editada pela Abril Hearst e a retomada da impressão do “*Jornal de Letras*” agora no Departamento Comercial.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Os Meus Livros*”, “*Ideias e Negócios*” e respectivos “*Suplementos*” da First Media Comunicação.

Por passagem para outras Unidades Gráficas perdemos as revistas “*Mariana*”, “*Cozinha Tradicional*”, “*Receitas de Sucesso*” e “*Cozinha de Sucesso*” publicações editadas por Presspeople.



Como já referimos a “Operação Jornais” foi autonomizada através da criação da *Grafedisport*, empresa detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec pelo que a impressão/facturação de todos os títulos deixou de ser feita directamente pela Lisgráfica, passando para a Nova Unidade.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpre-se o programa de impressão fixado pelo Editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no Departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das três Sunday 4000 tendo, entretanto, o “*Printing Agreement*” com o Editor sido prorrogado por mais dois anos.

O sinistro ocorrido na nave das Sunday, que implicou a limitação da capacidade produtiva da Lisgráfica, fez-se sentir particularmente neste nicho e determinou o recurso a subcontratação externa para os produtos/períodos mais agudos; para o efeito contámos com a colaboração de uma Gráfica Dinamarquesa e da Heska com quem continuamos a manter um esquema de colaboração recíproca.



3. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Vamos, de seguida, apresentar um conjunto de indicadores de natureza económica e financeira que ilustram a actividade desenvolvida ao longo do semestre.

3.1. Volume de Vendas / Facturação.

As Vendas comparadas 1º semestre de 2004, versus período homólogo de 2003, ventiladas por grandes famílias de produtos, evoluíram do seguinte modo:

Famílias	2004	2003	Variação (+/-)
Revistas	8.996,2	11.095,4	(2.099,2)
Suplementos	3.171,5	2.402,0	769,5
Jornais	0	2.067,0	(2.067,0)
Boletins	266,1	183,0	83,1
Catálogos / Folhetos	1.358,8	1.074,0	284,8
Listas	2.291,2	2.088,0	203,2
NOTA: valores em milhares de Euros.	16.084,0	18.909,4	(2.825,4)

Os valores acima denunciam uma variação negativa de 2,825milhões de Euros, equivalente a 15%.

Tal variação é, no entanto, ilusória tendo em conta que está afectada por um desvio desfavorável de 2,067 milhões de Euros na Família “Jornais” em resultado da autonomização de tal segmento no início de 2004, por constituição da “Grafedisport” que passou a conduzir a “Operação Jornais”;

Corrigida de tal efeito, a variação do semestre continuaria a ser negativa, mas com a extensão de 758,4 mil Euros (4,5%).

O quadro acima denuncia evolução desfavorável na Família “Revistas”, que registou uma queda de 2,099 milhões de Euros (18,9%), e “Jornais” que registou uma queda de 2,067 milhões de Euros, já explicada, e ilustra evolução favorável em todas as restantes Famílias, designadamente, na Família “Boletins” com a expressão de 83,1 mil Euros (29,4%), na Família “Listas” com a expressão de 203,2 mil Euros (9,7%), na Família “Suplementos” com a expressão de 769,5 mil Euros (32%) e na Família “Folhetos/Catálogos” com a expressão de 284,8 mil Euros (26,5%).



Idêntica comparação estabelecida com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio global de 1,022 milhões de Euros mil Euros (6%), ainda desfavorável, com desvios parciais negativos nas Famílias “Revistas”, “Suplementos” e “Listas” e desvios parciais positivos nas restantes Famílias.

Concorreram para as performances registadas em matéria comercial, por um lado a já citada autonomização da “Operação Jornais”, a limitação temporária da capacidade produtiva que impediu a transição dos títulos da Lusomundo, bem como a aceitação de alguns novos trabalhos e, ainda, o ajustamento da tabela de preços.

Esta análise é, de resto, confirmada pela comparação das Margens Brutas - diferença entre as Vendas e a Matéria Prima incorporada - porque resulta corrigida a maior ou menor incorporação de papel.

Assim:

Famílias	2004	2003	Variação (+/-)
Revistas/Listas	9.070,6	10.662,9	(1.592,3)
Suplementos	2.607,5	1.999,4	608,1
Jornais	0	1.561,0	(1.561,0)
Boletins	198,4	133,3	65,1
Catálogos / Folhetos	410,9	301,9	110,0
NOTA: valores em milhares de Euros.	12.287,4	14.658,5	(2.371,1)

Concluimos, assim, que corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas decresceram na realidade, entre semestres homólogos, cerca de 2.371 mil Euros, equivalentes a 16,2%.

Se eliminarmos a Família “Jornais” da análise comparativa, para a tornar real, o decréscimo reduz-se para 810 mil Euros, equivalentes a 6,2%.

A única Família com queda efectiva foi “Revistas/Listas”, com uma extensão de 1,6 milhões de Euros (14,9%) uma vez que a Família “Jornais” deixou de fazer parte do negócio Lisgráfica.

Nas restantes Famílias registou-se crescimento de 783 mil Euros (36,2%), com particular realce em “Suplementos”, com um incremento da ordem dos 30,4%.

Deve referir-se que expurgámos dos números acima as vendas de papel não transformado.



3.2. Imobilizações

O valor das imobilizações líquidas evoluiu do seguinte modo entre Dez/03 e Jun/04:

	2004	2003	Variação (+/-)
Imobilizações Incorpóreas	0,4	0,7	(0,3)
Imobilizações Corpóreas	85.370,2	92.147,8	(6.777,6)
Imobilizações em Curso	228,9	1.980,4	(1.751,5)
Imobilizações Financeiras	18.162,2	18.259,8	(97,6)
<i>NOTA: valores em milhares de Euros.</i>	103.761,7	112.388,7	(8.627,0)

A redução das Imobilizações Incorpóreas resulta exclusivamente das amortizações praticadas no semestre.

A redução operada em Imobilizações Corpóreas deriva da conjugação de aquisições realizadas no semestre de cerca de 1,243 milhões de Euros, das amortizações efectuadas no período de cerca de 3,541 milhões de Euros e, finalmente, de abates/alienações líquidos da ordem dos 4,392 milhões de Euros, designadamente os equipamentos do Departamento de Jornais através dos quais a Lisgráfica realizou a sua parte de capital/prestações acessórias na Grafedisport, bem como a Rotativa Sunday sinistrada em consequência do incêndio do início do ano.

A redução registada em Imobilizações em Curso deriva do incremento de cerca de 100 mil Euros operado no semestre, conjugada com a transferência de cerca de 1,8 milhões de Euros para Terceiros, relacionada com a *Rotativa Regioman* contratada ainda pela Lisgráfica para o Departamento de Jornais e, entretanto, transferida para a *Grafedisport* no quadro da autonomização da “Operação Jornais”.

A variação operada em Imobilizações Financeiras decorre, por um lado do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro em empresas do grupo e associadas (181,2 mil Euros), da participação na constituição da Grafedisport (1,250 milhões de Euros) e entrega de prestações acessórias (0,5 milhões de Euros), na alienação da Máquina de Estados (99,8 mil Euros) e, finalmente, da redução de valor do investimento no Guião (1,665 milhões de Euros) em resultado de renegociação do preço com os ex-accionistas.

As participações financeiras detidas pela Lisgráfica em 30 de Junho de 2004 são as constantes do Quadro abaixo:



Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Capital Social
Gestigráfica	14.025,4	52,5	100
Naveprinter	2.751,9	3.750	41
Guião	3.051,6	850	85
Videodata	645,1	250	100
Grafedisport	1.370,0	2.500	50

Nota: Valores em milhares de Euros.

Do Quadro acima alcança-se que o “Grupo Lisgráfica” sofreu, nos últimos tempos, alguns ajustamentos. onde merecem referência a alienação das respectivas participações na Grafimadeira e na Porenvel, durante o exercício de 2002, enquanto que a Heska saiu durante o exercício de 2003; já durante o 1º semestre de 2004 foi a vez de Máquina de Estados sair do perímetro de Empresas participadas pelo Grupo tendo, em alternativa, o portfólio de participações crescido com a entrada da Grafedisport por força da autonomização dos Jornais e da associação da Lisgráfica à Cofina em tal iniciativa.

Entretanto, no que toca às Empresas ainda directamente detidas pela Lisgráfica, designadamente Guião e Videodata mantêm-se, no essencial, a intenção da respectiva alienação, tendo até no encerramento do exercício de 2003, sido quantificada e reflectida nas contas o impacto associado à perda de tal alienação.

Pelas razões expostas a consolidação pelo método da integração global restringir-se-ia à Grafilis que, pela sua dimensão não afecta no seu conjunto a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados do grupo, como se pode comprovar pela análise do Anexo às Contas.

Nestas condições entendeu a gestão não se justificar a apresentação de Contas Consolidadas por não concorrerem com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, procedendo-se na âmbito das Contas Individuais, à adopção do método da equivalência patrimonial relativamente às Sociedades “Gestigráfica”, “Naveprinter” e “Grafedisport” a primeira quanto às participações detidas em 30/06/04 e as segunda e terceira quanto à participação directamente detida pela Lisgráfica.

3.3. Valores Activos e Passivos

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:



Activo	30.06.04	31.12.03	Variação (+/-)
Disponível	2.921	919	2.002
Créditos C/Prazo	18.752	19.613	(861)
Créditos M/L Prazo	5.427	4.557	870
Existências	1.149	2.010	(861)
Imobilizações	103.762	112.389	(8.627)
Acréscimos / Diferimentos	1.649	738	911
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	133.660	140.226	(6.566)

Passivo	30.06.04	31.12.03	Variação (+/-)
Provisão Riscos e Encargos Diversos	2.140	1.620	520
Débitos C/ Prazo	51.846	46.639	5.207
Débitos M/L Prazo	64.168	79.659	(15.491)
Acréscimos / Diferimentos	5.013	3.185	1.828
<i>Nota: Valores em milhares de Euros</i>	123.167	131.103	(7.936)

As variações mais significativas nas rubricas do Activo Líquido, registaram-se nas Imobilizações e nas Disponibilidades sendo que na primeira rubrica no sentido da descida e na segunda com sentido crescente.

As Imobilizações registaram uma descida de cerca de 8.627 mil Euros, traduzindo aquisições/aumentos de cerca de 3,2 milhões Euros (1,243 milhões nas Imobilizações Corpóreas e 1,370 milhões em Imobilizações Financeiras), amortizações praticadas no semestre de cerca de 3,541 milhões Euros, alienações/abates de cerca de 4,5 milhões onde ressalta o abate da rotativa sinistrada bem como do equipamento cedido à Grafedisport e transferências de cerca de 3,5 milhões relacionadas, por um lado com a *Regioman/Creo* com contratos de fornecimento outorgados pela Lisgráfica e posteriormente transferidos para a Grafedisport, representando cerca de 1,8 milhões e, por outro, com a redução dos Investimentos Financeiros em cerca de 1,7 milhões em resultado de renegociação de preço com os accionistas do Guião/Videodata.

As Disponibilidades registaram um incremento de cerca de 2.002 mil Euros, traduzindo crescimentos em Depósitos à Ordem/Prazo.



As Existências reflectem uma redução de cerca de 861 mil Euros; tal evolução deriva do crescimento da Produção em Curso da ordem dos 76 mil Euros, tendo as existências de Matérias Primas e Subsidiárias e de Consumo sofrido uma descida de cerca de 936 mil Euros, explicada em grande parte pela mudança de critério na apresentação do Balanço das Peças e Sobressalentes da Manutenção que deixaram de ser tratados como Existências, tendo sido reclassificadas para Acréscimos e Diferimentos Activos, a par de preocupações de gestão de stocks de matérias primas e subsidiárias.

Os Acréscimos e Diferimentos denunciam uma subida de cerca de 911 mil Euros, registada praticamente só em Custos Diferidos e explicada essencialmente pela acima citada mudança de critério no tratamento das Peças e Sobressalentes da Manutenção que representa 748 mil Euros.

A evolução dos “Créditos de Curto Prazo” resultou da queda do saldo de “Clientes” (3.182 mil Euros), decorrente da redução do prazo médio de cobranças, associada à saída da “Operação Jornais” e respectiva carteira de Clientes, de uma variação crescente no saldo da rubrica “Empresas Participadas/Participantes” de cerca de 1.772 mil Euros, relacionada com a entrega de suprimentos à Gestprint de cerca de 1,2 milhões de Euros, e créditos nascidos no semestre junto da Grafedisport de cerca de 680 mil Euros e, finalmente de um acréscimo nos créditos sobre o “Estado” de cerca de 733 mil Euros, fundamentalmente associados a IVA a recuperar.

A evolução dos “Créditos a M/L Prazo”, traduz o incremento dos créditos sobre o Guião/Videodata, objecto de negociações cruzadas com a alienação das respectivas participações sociais.

O Activo líquido reduziu-se, no semestre, cerca de 6,566 milhões de Euros (4,6%).

Os Débitos a M/L Prazo registaram um decréscimo de 15.491 mil Euros em relação ao final de 2003, sendo de evidenciar as evoluções no sentido da descida em “Dívidas a Instituições de Crédito” de cerca de 1.569 mil Euros, “Outros Empréstimos Obtidos” de cerca de 1.783 mil Euros, “Fornecedores c/c” de cerca de 5.677 mil Euros e “Fornecedores de Imobilizado, c/c” de cerca de 6.572 mil Euros.

As variações favoráveis nas duas primeiras rubricas resultam da reclassificação do prazo de vencimento das responsabilidades das Linhas de Financiamento e Programas de Papel Comercial ;

A variação operada em “Fornecedores, c/c” deriva do pagamento das tranches dos acordos com Fornecedores que determina que, a mais de um ano, as responsabilidades subsistentes sejam marginais;

A variação ocorrida em “Fornecedores de Imobilizado, c/c” resulta da reclassificação, em termos de vencimento, das responsabilidades de capital dos Contratos de Leasing, associada ao facto de, no semestre, se ter resolvido e liquidado o Contrato com a Locapor relativo à rotativa sinistrada.

Os Débitos a Curto Prazo cresceram 5.207 mil Euros, sendo de evidenciar o crescimento das rubricas



“Dívidas a Instituições de Crédito” e “Outros Empréstimos Obtidos” em cerca de 1.926 mil Euros e 1.422 mil Euros, com o fundamento já explicado para o M/L Prazo, e “Fornecedores, c/c e c/ Letras” de cerca de 3.390 mil Euros, em resultado da especialização no que toca a vencimentos dos Acordos com Fornecedores.

Quanto a “Fornecedores de Imobilizado, c/ Letras” a variação de cerca de 746 mil Euros deriva do vencimento dentro de um ano das letras aceites à Heidelberg, associadas ao fornecimento e instalação dos Grupos da M600.

Em sentido inverso evoluíram as rubricas de “Adiantamentos de Clientes” registando uma descida de 1.250 mil Euros, em resultado do reembolso de tal valor e “Outros Credores” que registou uma descida de cerca de 1.744 mil Euros, fundamentalmente reflexo da baixa de valor financiado pela Companhias de factoring como consequência de melhoria de prazo de cobrança de alguns editores, bem como da queda do saldo referente aos ex-accionistas do Guião/Videodata como resultado da renegociação do preço do investimento financeiro.

Devemos sublinhar que a classificação da Dívida Financeira (Dívidas a Instituições de Crédito, Outros Empréstimos Obtidos e Responsabilidades de Leasing) no tocante a prazos, foi repartida tendo em atenção o Serviço da Dívida contratado antes da concretização da operação imobiliária e da alienação da Naveprinter, factos que ocorreram em Julho e Agosto, respectivamente e, com cujo encaixe foi possível operar uma redução da dívida de aproximadamente 30 milhões de Euros.

As Provisões para Outros Riscos e Encargos registaram um reforço de cerca de 520 mil Euros, com vista a fazer face a certos eventos de verificação eventual.

Os Acréscimos e Diferimentos Passivos cresceram cerca de 1,8 milhões de Euros, fundamentalmente em consequência da relevação em Proveitos Diferidos de 1,250 milhões de Euros da compensação indemnizatória da Seguradora, para compensar perda de vendas/acréscimos de custos no 2º semestre em virtude do sinistro de início do ano e, ainda, da especialização dos custos associados aos serviços de gestão devidos à Gestprint, que representam cerca de 440 mil Euros.

Neste sentido, o Passivo total registou uma descida, no semestre, de cerca de 7.936 milhares de Euros (6,0%).

3.4. Despesa

Os encargos do semestre evoluíram assim, face a período homólogo de 2003:



	2004	2003	Varição (+/-)
CMVMC	3.868	4.251	(383)
Subcontratos	473	613	(140)
FSE	2.900	2.808	92
Despesas C/ Pessoal	5.408	5.894	(486)
Despesas Financeiras	2.148	2.536	(388)
Amortizações/Provisões	3.541	4.485	(944)
Outras Despesas e Encargos	772	248	524
	19.110	20.835	(1.725)

Nota: Valores em milhares de Euros.

Para um volume de actividade de 18,495 milhões de Euros, inferior ao do 1º semestre do ano anterior em 893 mil Euros (4,6%), os Custos Totais assumiram a expressão de 19,1 milhões de Euros, registando uma variação favorável de cerca de 1,725 milhões de Euros (8,2%).

A comparação com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio de cerca de 1,1 milhões de Euros (6,2%).

Representando cerca de 20,8% da facturação do primeiro semestre em 2004, contra 22,5% em período homólogo de 2003 e verificando-se uma retracção nominal das Vendas de 2,8 milhões de Euros (2,1 milhões de Euros explicados por autonomização da Operação Jornais), o decréscimo registado no CMVC de 383 mil Euros no 1º semestre de 2004 traduz o sucesso verificado nas medidas tendentes à obtenção de melhor eficiência na utilização de matérias-primas, uma vez que se registaram desvios favoráveis em Tintas da ordem dos 336 mil Euros, em Chapas da ordem dos 114 mil Euros e em Outras da ordem dos 62 mil Euros; o consumo de mais cerca de 105 mil Euros em Papel encontra explicação na maior incorporação de papel próprio por força da maior produção de Folhetos.

Da comparação com o Orçamento ressalta um desvio favorável de 492 mil Euros (11,3%).

A rubrica de Subcontratos registou uma redução de 140 mil Euros, representando 2,7% da facturação em 2004, contra 3,2% em 2003, apesar de onerada com cerca de 200 mil Euros de recurso a subcontratação no exterior, derivada da limitação de meios provocada pelo incêndio. Esta evolução explica-se pelo menor recurso a meios alheios e, ainda, por força da redução da actividade no período.

Comparativamente com o Orçamento regista-se um desvio desfavorável de cerca de 192 mil Euros (68,2%), reflexo do recurso ao exterior, acima explicado, naturalmente não previsto no Orçamento.

Os FSE registaram um incremento de 92 mil Euros (3,3%), representando 15,6% da facturação do 1º semestre de 2004, contra 14,9% em idêntico período de 2003;

Face ao decréscimo de actividade ocorrido no semestre, por um lado em resultado da saída da operação Jornais e, por outro, da redução de meios disponíveis e à natureza semi-rígida de algumas naturezas que integram os FSE, não se tornou possível manter a tendência de descida desta Família de Custos.



Assim, registou-se desvio negativo em Conservação/Reparação com a extensão de 179 mil Euros, Gás com 20 mil Euros, Seguros com 15 mil Euros e Limpeza com 2 mil Euros. Estes desvios perfazem em conjunto cerca de 216 mil Euros resultando que, em todas as restantes rubricas com desvios favoráveis, se registou um desvio positivo de 124 mil Euros.

Relativamente ao Orçamento, a rubrica de FSE registou um desvio desfavorável de 434 mil Euros (17,5%).

As Despesas com Pessoal desceram 486 mil Euros (8,25%) em relação a idêntico período do ano transacto. Representando 29,2% da facturação, contra 26,8% no ano anterior, a respectiva economia assenta na redução de alguns efectivos (265 mil Euros) em resultado das medidas tomadas de reformulação do regime laboral de alguns sectores, a despeito da retomada de pagamento do 15º mês e da redução de horas extraordinárias (97 mil Euros)

O Custo do semestre está onerado com um valor de 350 mil Euros de Indemnizações/Pré-reformas, suportado no âmbito do processo de reestruturação de efectivos, contra 488 mil Euros em idêntico período do ano anterior.

Comparativamente com o Orçamento, registou-se um desvio de 600 mil Euros (12,5%).

As Despesas Financeiras registaram uma economia de 388 mil Euros (15,3%), traduzindo um peso relativo sobre a facturação de 11,6% contra 13,4% em período homólogo de 2003.

A evolução referida deriva da evolução do Passivo remunerado que registou uma descida de cerca de dez milhões de Euros, aliada à evolução favorável das taxas.

Verifica-se evolução no sentido da economia em quase todas as rubricas mas, com maior expressão, em Juros de Obrigações (53,5 mil Euros), Juros de Empréstimos (55,5 mil Euros), Juros de Papel Comercial (45,5 mil Euros), Juros de Leasing (125,2 mil Euros), Juros de Factoring (33,4 mil Euros) e Outros Encargos Financeiros (136,2 mil Euros).

Registaram-se desvios desfavoráveis nas rubricas Juros de Mora/Compensatórios (40,4 mil Euros) e Descontos de p.pagº Obtidos (21,6 mil Euros).

Comparativamente com o Orçamento, registou-se um desvio de 123 mil Euros (5,4%).

Mantendo-se consistência total nos critérios utilizados nas amortizações e provisões, e tendo em consideração o movimento das imobilizações ocorrido no semestre, já explicitado em capítulo próprio, a redução de 944 mil Euros (21%) nesta rubrica assenta nos abates/alienações efectuados no semestre – Equipamento de Jornais e Rotativa sinistrada – que determinaram uma queda das amortizações de bens adquiridos em leasing (762 mil Euros), tendo as amortizações de bens próprios registado uma queda menos expressiva (178 mil Euros); os Bens Reavaliados tiveram as respectivas amortizações desoneradas em cerca de 4 mil Euros..

Comparativamente com o Orçamento as Amortizações/Provisões registaram um desvio desfavorável de 91 mil Euros (2,6%).



Os Custos/Perdas Extraordinários registaram um acréscimo de 462 mil Euros explicados, na sua essência, pelo reforço da Provisão para cobertura de Outros Riscos e Encargos.

3.5. Capital Próprio

A respectiva evolução face a 31/12/03 foi a seguinte:

	30/6/04	31/12/03	Variação (+/-)
Capital	20.000	20.000	-
Reservas / Resultados Transitados/Ajustamentos	(10.876)	(5.728)	(5.148)
Resultados Líquidos do Semestre	1.370	(5.148)	6.518
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	10.494	9.124	1.370

A evolução registada no Capital Próprio deve-se ao resultado líquido do semestre, cuja explicação é fornecida no ponto 3.7.

A evolução verificada em Reservas/Resultados Transitados/Ajustamentos durante o semestre, em relação ao saldo registado no final do exercício de 2003, traduz a afectação a Resultados Transitados do prejuízo verificado no exercício anterior, por relevação da deliberação da Assembleia Geral.

Da análise da extensão da classe Capitais Próprios ressalta que a situação de risco no rácio Capitais Próprios/Capital Social, face ao que determina o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, foi ultrapassada no semestre, havendo a convicção de que no final do exercício a situação de normalidade se mantenha.

O Conselho de Administração manter-se-à atento no sentido de assegurar que as medidas tomadas a este propósito na Assembleia Geral de aprovação das contas de 2003 serão respeitadas.

3.5. Indicadores Económico-Financeiros e de Actividade

O quadro abaixo apresenta a evolução de alguns indicadores nos semestres em análise



	unid.	2004	2003
Produção	(mil Euros)	18.495	19.388
Activo líquido	(mil Euros)	133.660	148.647
Capitais próprios	(mil Euros)	10.493	16.605
Despesas com pessoal	(mil Euros)	5.408	5.894
Produção per capita	(mil Euros)	101,8	90,6
Remuneração per capita	(mil Euros)	28,4	27,5
VAB	(mil Euros)	12.216	14.658
Meios libertos	(mil Euros)	4.911	3.939
Autonomia financeira	(%)	8,0	11,2
CMVMC / Facturação	(%)	24,0	22,5

3.7. Resultados

A evolução da rubrica Resultados foi a seguinte:

	2004	2003
Resultados Operacionais	2.093	1.186
Resultados Financeiros	(1.928)	(2.187)
Resultados Correntes	165	(1.001)
Resultados antes de Impostos	1.370	(546)
Resultados Líquidos	1.370	(546)

Nota: Valores em milhares de Euros.

Não tendo sido tão desfavoráveis, em termos de conjuntura, as condições em que se desenvolveu a actividade, manteve-se a pressão por parte dos Editores no tocante a *pricing*, em resultado do agudizar da concorrência interna e espanhola e, ocorreu a limitação de meios de produção no início do semestre, decorrente do incêndio na nave das Rotativas Comerciais, a acrescer à inevitável e programada quebra de facturação resultante da autonomização da “Operação Jornais”.



Os Resultados Operacionais apurados foram de 2.093 mil Euros, contra 1.186 mil Euros em 2003, resultando a variação positiva de 907 mil Euros da diferença negativa apurada nas Margens Brutas de cerca de 510 mil Euros, compensadas pelas economias registadas nas outras componentes dos Custos Operacionais – Subcontratos/FSE de cerca de 48 mil Euros, Despesas com Pessoal de cerca de 486 mil Euros e Amortizações/Provisões cerca de 944 mil Euros e Outros Custos Operacionais, com agravamento de cerca de 62 mil Euros.

Tendo sido explicado com detalhe a evolução dos Custos em 3.4 importa sublinhar que o comportamento das Margens Brutas se fica a dever a uma quebra nas Vendas de 2.825 mil Euros (saída do Segmento de Jornais e redução de capacidade de produção por força do incêndio) associado a uma redução dos CMCV de cerca de 383 mil Euros, de certo modo amenizados por Proveitos Suplementares decorrentes do Protocolo estabelecido com a Grafedisport e pela especialização da indemnização recebida da Seguradora por Perdas de Exploração verificada no semestre, face aos Custos suplementares incorridos/produção não efectuada.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de 1.928 mil Euros negativos, contra 2.187 mil Euros negativos no semestre homólogo de 2003, resultando a diferença favorável de 259 mil Euros do desagravamento registado em Encargos Financeiros de cerca de 388 mil Euros, já detalhadamente explicada no Capítulo Despesa e da diferença desfavorável de 129 mil contos em Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes situaram-se no primeiro semestre de 2004 em 165 mil Euros positivos, contra 1.001 mil Euros negativos no período equivalente de 2003, resultando a diferença de 1.166 mil Euros do efeito conjugado das melhorias dos Resultados Operacionais e dos Resultados Financeiros.

Os Resultados Extraordinários situaram-se no 1º semestre de 2004 em 1.205 mil Euros, contra 455 mil Euros em idêntico período de 2003, resultando a diferença de um incremento nos Proveitos Extraordinários de 2004 de cerca de 1.223 mil Euros, já que no tocante a Custos se registou uma subida de 473 mil Euros.

O incremento registado em Proveitos assenta, no essencial, em ganhos registados na cedência de imobilizações do Departamento de Jornais à Grafedisport, bem como em ganhos no abate parcial do equipamento sinistrado aquando do incêndio, face à indemnização da Seguradora. O Resultado Líquido apurado no 1º semestre de 2004 foi de 1.370 mil Euros positivos, contra 546 mil Euros negativos no semestre homólogo de 2003, reflectindo todos os condicionalismos em que actividade foi desenvolvida, já atrás referidos, o efeito das medidas oportunamente implementadas pela gestão que implicaram a melhoria dos Resultados Operacionais – 907 mil Euros - uma recuperação nos Resultados Financeiros – 259 mil Euros - e uma melhoria significativa nos Resultados Extraordinários – 750 mil Euros - .



Não se verificaram negócios, no semestre, entre os Administradores e a Sociedade.

Não se tendo registado durante o semestre operações sobre acções próprias, a sociedade mantém em carteira as 52.213 acções que detinha no final do exercício de 2003.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortizações de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de leasing e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.



4. PERSPECTIVAS FUTURAS/FACTOS SUPERVENIENTES

Face à conjuntura em que decorreu a actividade no 1º semestre e às expectativas em que se estima decorra o 2º semestre, para o qual se antevê a consolidação de alguns sinais de retoma já aflorados e o reforçar do investimento publicitário, antevemos que a Empresa irá operar num quadro mais favorável na segunda metade do ano, tanto mais que historicamente tal período caracteriza-se por procura mais intensa de serviços gráficos por parte dos Editores.

Ainda assim, irá a Lisgráfica continuar a implementar as medidas de reestruturação empreendidas em 2003 e continuadas no primeiro semestre do exercício, conducentes à busca de mercados/segmentos alternativos de mercado, ao controlo rigoroso e apertado de custos e guerra ao desperdício e ainda ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custo/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do sector, designadamente flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupação pela qualidade e cumprimento de prazos.

Tendo praticamente cumprido os objectivos assinalados no Programa Económico-Financeiro para o 1º semestre, com desvios que se compensam em matéria de Custos e Proveitos, espera-se que no final do exercício tal desiderato também seja cumprido, o que equivale a dizer que foi atingido o equilíbrio económico e o exercício de 2004 possa constituir o ano da retoma e do regresso à faixa dos resultados positivos.

Concretizada que foi, logo no início do ano, a iniciativa de autonomização da “Operação Jornais”, através da parceria, à partida estabelecida com a Cofina, e que consistiu na constituição de uma Sociedade – *Grafedisport* - visando a operação de impressão e expedição automática de jornais, onde a Lisgráfica participa com 50% do capital social que realizou, bem como as prestações acessórias, através da entrega de equipamentos do antigo Departamento, irá ser levada a cabo, no 2º semestre, a alienação dos restantes equipamentos do Departamento de Jornais.

Paralelamente, e no âmbito das medidas de reestruturação da Empresa e das Grandes Opções estratégicas, desenvolveu-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica que possibilitaria a respectiva venda e encaixe associado, originando a queda do financiamento garantido por tal património e a passagem a um regime de arrendamento temporário do todo ou parte das instalações/edifícios em causa.

Tal operação concretizou-se em 20 de Julho e traduziu-se na venda ao *Gespatrimónio* dos Activos Imobiliários da Lisgráfica com a celebração simultânea de um Contrato de Arrendamento de tais Instalações por um período de 15 anos.



O encaixe resultante de tal operação permitiu a redução do Passivo Financeiro em cerca de 30 milhões de Euros, concorrendo adicionalmente para a obtenção de Garantias Bancárias necessárias à assinatura do PEC - Processo Extrajudicial de Conciliação, oportunamente apresentado ao IAPMEI com vista à regularização de responsabilidades fiscais.

Prosseguiram, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras, no quadro da opção estratégica de mobilizar os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando a actividade nos processos ou parcerias de negócio geradoras de valor tendo-se concretizado, já em Julho, a venda de 32% da participação na Naveprinter, detida directamente pela Lisgráfica, a uma Empresa do Grupo PT, bem como a assinatura do Protocolo de venda da posição detida pela Lisgráfica no Guião/Videodata a um MBO do Guião, cujo efeito havia já sido reflectido nas Contas da Empresa em fins de 2003.

Queluz de Baixo, 15 de Setembro de 2004

O Conselho de Administração

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do nº 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração.

2 – Nos termos do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº1 DO ART.2º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 30 de Junho de 2004 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,113% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS ANEXAS REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2004 (VALORES EM EUROS)

Autofinanciamento	4.910.579
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):	
52.213 a € 5	261.065

Durante o Semestre não foram efectuadas operações sobre acções próprias.



BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003 E 31 DE DEZEMBRO DE 2003
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	30.06.04			31.12.03	30.06.03
		AB	AP	AL	AL	AL
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	10	19.691	19.316	375	749	4.191
Trespases		-	-	-	-	10.930.678
		19.691	19.316	375	749	10.934.869
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	10	14.084.357	-	14.084.357	14.084.357	14.084.357
Edifícios e outras construções	10	36.571.369	10.913.718	25.657.651	26.165.623	26.683.257
Equipamento básico	10	105.649.862	61.308.421	44.341.441	49.272.849	53.040.018
Equipamento de transporte	10	638.251	385.711	252.540	278.600	247.174
Ferramentas e utensílios	10	56.868	33.869	22.999	26.058	29.116
Equipamento administrativo	10	1.285.669	822.894	462.775	523.747	581.692
Outras imobilizações corpóreas	10	760.645	212.195	548.450	546.563	561.443
Imobilizações em curso	10	228.869	-	228.869	1.980.381	1.390.375
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		-	-	-	1.250.000	-
		159.275.890	73.676.808	85.599.082	94.128.178	96.617.432
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	10,16 e 34	17.722.079	3.696.710	14.025.369	15.646.993	10.489.256
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	3.621.846	-	3.621.846	2.597.807	2.685.139
Empréstimos a empresas associadas	10	500.000	-	500.000	-	-
Titulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964	14.964
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		-	-	-	-	3.168.438
		21.858.889	-	18.162.179	18.259.764	16.357.797
CIRCULANTE:						
Existências:						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	34 e 41	884.183	23.350	860.833	1.796.986	1.972.893
Produtos e trabalhos em curso	42	153.824	-	153.824	78.277	359.871
Mercadorias	41	134.814	-	134.814	134.814	134.814
	34	1.172.821	23.350	1.149.471	2.010.077	2.467.578
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						
Clientes, conta corrente		783.999	-	783.999	618.781	-
Empresas do Grupo	16	4.051.082	-	4.051.082	3.406.989	-
Outros devedores	23 e 34	8.931.307	8.339.823	591.484	531.601	-
		13.766.388	8.339.823	5.426.565	4.557.371	-
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						
Clientes, conta corrente		14.601.798	-	14.601.798	18.057.284	16.307.169
Clientes - títulos a receber		378.031	-	378.031	104.566	206.981
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	8.365.338	8.365.338	-	-	-
Empresas do grupo		-	-	-	67.702	280.867
Empresas participadas e participantes	16	2.111.833	-	2.111.833	272.692	-
Adiantamentos a fornecedores		16.411	-	16.411	2.131	8.350
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		1.018	-	1.018	80.944	26.186
Estado e outros entes públicos	48	762.636	-	762.636	30.000	70.221
Outros devedores	23 e 34	1.001.872	121.519	880.353	997.827	2.901.386
		27.238.937	8.486.857	18.752.080	19.613.146	19.801.160
Titulos negociáveis:						
Outras aplicações de tesouraria		629.972	430.000	199.972	199.972	629.972
		629.972	430.000	199.972	199.972	629.972
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários	52	2.714.544	-	2.714.544	716.974	1.096.122
Caixa	52	6.741	-	6.741	1.599	10.361
		2.721.285	-	2.721.285	718.573	1.106.483
Acréscimos e diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	49	13.675	-	13.675	16.241	1.112
Custos diferidos	49	1.635.450	-	1.635.450	722.310	730.940
		1.649.125	-	1.649.125	738.551	732.052
Total de amortizações			73.696.124			
Total de provisões			20.976.740			
Total do activo		228.332.998	94.672.864	133.660.134	140.226.381	148.647.343

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Carreira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocinio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003 E 31 DE DEZEMBRO DE 2003
(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	30.06.04	31.12.03	30.06.03
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	36, 37 e 40	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(261.065)	(261.065)	(260.437)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(213.056)	(213.056)	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	8.056.989	8.056.989	(2.251.191)
Reservas de reavaliação	40	28.021.789	28.021.789	28.021.789
Reservas:				
Reserva legal	40	907.140	907.140	906.512
Outras reservas	40	8.424	8.424	7.912
Resultados transitados	40	(47.396.649)	(42.248.987)	(29.061.357)
Subtotal		9.123.572	14.271.234	17.150.684
Resultado líquido do semestre	40	1.369.574	(5.147.662)	(545.696)
Total do capital próprio		10.493.146	9.123.572	16.604.988
PASSIVO:				
Provisões para riscos e encargos:				
Outras provisões para riscos e encargos	34	2.140.000	1.620.000	1.250.000
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:				
Dívidas a instituições de crédito	50	23.607.254	25.176.306	20.942.914
Fornecedores, conta corrente	53	563.922	6.240.744	1.755.080
Fornecedores - títulos a pagar		-	-	64.773
Outros empréstimos obtidos	50	12.653.058	14.436.363	16.925.629
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		309.845	70.116	122.140
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	54	20.745.202	27.317.378	28.782.756
Estado e outros entes públicos	28 e 48	6.288.514	6.417.847	-
		64.167.795	79.658.754	68.593.292
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Não convertíveis	50	299	299	299
Dívidas a instituições de crédito	50	5.487.803	3.562.550	6.572.624
Fornecedores, conta corrente		14.993.209	11.290.581	15.863.293
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		156.509	46.482	58.291
Fornecedores - títulos a pagar		1.299.917	1.612.089	2.475.834
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		1.242.469	495.634	409.349
Empresas do grupo	16	9.112.810	9.067.954	8.035.156
Empresas participadas e participantes	16	220.940	220.940	-
Adiantamentos de clientes		-	1.125.000	1.125.000
Outros empréstimos obtidos	50	6.159.550	4.738.595	2.511.678
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	7.497.642	7.508.195	8.447.066
Estado e outros entes públicos	28 e 48	1.961.031	1.513.175	6.599.089
Outros credores	51	3.714.342	5.457.840	5.758.000
		51.846.521	46.639.334	57.855.679
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	49	2.083.983	1.393.642	2.430.371
Proveitos diferidos	49	2.928.689	1.791.079	1.913.013
		5.012.672	3.184.721	4.343.384
Total do passivo		123.166.988	131.102.809	132.042.355
Total do capital próprio e passivo		133.660.134	140.226.381	148.647.343

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2004 E 2003
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	30.06.04		30.06.03	
Custo das mercadorias vendidas e materias consumidas:					
Mercadorias	41	71.370		46.102	
Matérias	41	3.796.575	3.867.945	4.204.847	4.250.949
Fornecimentos e serviços externos			3.372.504		3.421.109
Custos com o pessoal:					
Remunerações		3.713.345		3.924.810	
Encargos sociais:					
Pensões				8.000	
Outros		1.694.443	5.407.788	1.961.376	5.894.186
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10		3.541.004		4.485.062
Impostos		212.150		149.883	
Outros custos e perdas operacionais		688	212.838	874	150.757
(A)			16.402.079		18.202.063
Juros e custos similares:					
Outros	45	2.148.223	2.148.223	2.535.611	2.535.611
(C)			18.550.302		20.737.674
Custos e perdas extraordinários	46		559.624		97.358
(E)			19.109.926		20.835.032
Resultado líquido do semestre			1.369.574		(545.696)
			20.479.500		20.289.336
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	99.375		37.525	
Produtos	44	15.984.605	16.083.980	18.871.903	18.909.428
Variação da produção	42		75.547		317.673
Trabalhos para a própria empresa			139.439		-
Proveitos suplementares		555.245			
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.640.989	2.196.234		161.164
(B)			18.495.200		19.388.265
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	198.838		293.023	
Rendimentos de participações de capital	45	6.643		11.071	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	14.507	219.988	44.525	348.619
(D)			18.715.188		19.736.884
Proveitos e ganhos extraordinários	46		1.764.312		552.452
(F)			20.479.500		20.289.336
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			2.093.121		1.186.202
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			(1.928.235)		(2.186.992)
Resultados correntes: (D) - (C) =			164.886		(1.000.790)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			1.369.574		(545.696)
Resultado líquido do semestre: (F) - (E) =			1.369.574		(545.696)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocinio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.d), infra. A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 está dispensada de o fazer, em virtude de: (i) as participações financeiras no Guião – Divulgação Promocional Indústrias, Comércio, S.A. ("Guião") e Videodata – Desenvolvimento Base e de Dados, S.A. ("Videodata"), encontrarem-se em 30 de Junho de 2004 em processo de negociação para venda, (ii) as participações financeiras em empresas do grupo, relativas à Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") não serem materialmente relevantes no seu conjunto, para a apresentação da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultado do grupo e (iii) a participação financeira na Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas S.A. ("Grafedisport") encontra-se registada pelo método da equivalência patrimonial, tendo esta participada sido constituída no início do primeiro semestre de 2004.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem, essencialmente, despesas incorridas com estudos e projectos encontram-se registadas ao custo, e são amortizadas durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, excepto, os imóveis afectos à actividade industrial, que foram objecto de uma reavaliação extraordinária efectuada no exercício de 2000, com base em relatórios de avaliação efectuados por entidades independentes. Esta reavaliação extraordinária originou àquela data, aumentos de 21.958.923 Euros e 2.900.375 Euros, respectivamente, nos valores das referidas imobilizações e respectivas amortizações acumuladas. Em 30 de Junho de 2004, o efeito líquido desta reavaliação extraordinária nos capitais próprios da Empresa ascende a 15.334.457 Euros (Nota 13).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações efectuadas, quer extraordinárias, quer legais (Nota 12), as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2004, foram aumentadas em 175.809 Euros e 129.356 Euros, respectivamente. O primeiro destes montantes, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e o segundo não o é em 40%. Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 2.707.480 Euros, decorrente das reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais e em 8.841.557 Euros, decorrentes da reavaliação extraordinária (Nota 13).

A Empresa capitaliza as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas Guião e Videodata encontram-se registados ao custo de aquisição, diminuído de provisões para perdas estimadas na sua realização.

Os restantes investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios das empresas participadas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças apuradas após 1 de Janeiro de 1997, na aquisição de investimentos financeiros, são registadas em trespasses e são amortizadas no período em que se estima recuperar aqueles investimentos.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos (Nota 49), e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados.

j) Impostos diferidos

A Empresa não registou os impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

k) Outras aplicações de tesouraria

As aplicações de tesouraria referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao custo de aquisição, diminuído de uma provisão para o ajustar ao respectivo valor de mercado.

l) Letras descontadas

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data do balanço são deduzidos à correspondente rubrica do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios (Nota 26).

m) Operações de “factoring”

As contas a receber cedidas em “factoring” estão evidenciadas ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são registados no passivo numa rubrica de “Outros credores” e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

Nos termos de artigo n.º 81 do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2000 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2004.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2004, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 21.115.000 Euros.

Conforme referido na Nota 3.j), a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 7.530.000 Euros e passivos por impostos diferidos relacionados com reavaliações efectuadas (Nota 3.b) de aproximadamente 4.860.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004 e 2003 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 383 e 440 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no semestre findo em 30 de Junho de 2004, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto						Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial (Nota 45)	Adições	Alienações e abates	Transferências	Outros	
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	19.691	-	-	-	-	-	19.691
	<u>19.691</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.691</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	14.084.357	-	-	-	-	-	14.084.357
Edifícios e outras construções	36.571.369	-	-	-	-	-	36.571.369
Equipamento básico	114.261.662	-	1.117.803	(10.979.603)	1.250.000	-	105.649.862
Equipamento de transporte	701.603	-	18.700	(82.052)	-	-	638.251
Ferramentas e utensílios	56.868	-	-	-	-	-	56.868
Equipamento administrativo	1.285.229	-	440	-	-	-	1.285.669
Outras imobilizações corpóreas	742.431	-	18.214	-	-	-	760.645
Imobilizações em curso	1.980.381	-	100.417	-	-	(1.851.929)	228.869
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.250.000	-	-	-	(1.250.000)	-	-
	<u>170.933.900</u>	<u>-</u>	<u>1.255.574</u>	<u>(11.061.655)</u>	<u>-</u>	<u>(1.851.929)</u>	<u>159.275.890</u>
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo (Notas 16 e 45)	19.343.703	43.742	-	-	-	(1.665.366)	17.722.079
Partes de capital em empresas associadas (Notas 16 e 45)	2.696.567	155.096	1.250.000	(99.760)	-	(380.057)	3.621.846
Empréstimos a empresas associadas	-	-	500.000	-	-	-	500.000
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	-	-	-	14.964
	<u>22.055.234</u>	<u>198.838</u>	<u>1.750.000</u>	<u>(99.760)</u>	<u>-</u>	<u>(2.045.423)</u>	<u>21.858.889</u>

Em 30 de Junho de 2004, as alienações e abates de imobilizações corpóreas respeitam na sua totalidade aos activos entregues à Grafedisport decorrente da realização da participação financeira subscrita e das prestações acessórias, que naquela data tinham um valor líquido contabilístico de 989.882 Euros e aos activos danificados num incêndio ocorrido nas instalações da Empresa em 20 de Janeiro de 2004, que naquela data apresentavam um valor líquido contabilístico de 3.402.229 Euros, tendo a Empresa recebido uma indemnização de 4.500.000 Euros.

Em 7 de Janeiro de 2004 a Empresa subscreveu e realizou uma participação financeira de 50% no capital da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Grafedisport”) de 1.250.000 Euros e realizou prestações acessórias de 500.000 Euros mediante a entrega de activos fixos corpóreos avaliados em 1.750.000 Euros. Em resultado desta operação o valor do investimento financeiro na Grafedisport foi deduzido em metade do valor da mais-valia apurada na entrega dos referidos activos no montante de 380.057 Euros (Nota 46).

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, a Empresa concluiu as negociações com os anteriores accionistas do Guião e Videodata tendentes à redução do preço de compra em 1.665.366 Euros, das participações naquelas empresas inicialmente contratado em 13 de Abril de 2000. Em consequência, a Empresa, registou uma diminuição das rubricas de “Participações de capital” em “Outros credores” naquele montante.

A diminuição verificada na rubrica “Imobilizações em curso” respeita a despesas incorridas por conta da Grafedisport transferidas para a rubrica “Empresas participadas e participantes”.

Amortizações acumuladas				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	18.942	374	-	19.316
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	10.405.746	507.972	-	10.913.718
Equipamento básico	64.988.813	2.932.042	(6.612.434)	61.308.421
Equipamento de transporte	423.003	19.818	(57.110)	385.711
Ferramentas e utensílios	30.810	3.059	-	33.869
Equipamento administrativo	761.482	61.412	-	822.894
Outras imobilizações corpóreas	195.868	16.327	-	212.195
	76.805.722	3.540.630	(6.669.544)	73.676.808

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 30 de Junho de 2004, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	2.019.360	504.840	2.524.200
Edifícios e outras construções	4.490.602	939.341	5.429.943
Equipamento básico	4.813.881	1.759.898	6.573.779
	11.323.843	3.204.079	14.527.922

Adicionalmente, a Empresa procedeu no exercício de 2000, a uma reavaliação extraordinária de imóveis, de que resultou um acréscimo líquido do imobilizado e dos capitais próprios àquela data de 19.058.548 Euros (Nota 3.b)). Em 30 de Junho de 2004 o valor líquido reavaliado ascendia a 15.334.457 Euros, dos quais 6.492.900 Euros respeitam a “Terrenos e recursos naturais” e 8.841.557 Euros respeitam a “Edifícios e outras construções” (Nota 3.b)).

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2004, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos, edifícios e outras construções	15.053.532	2.019.360	2.506.664	14.566.228
Equipamento básico	64.544.426	8.293.550	42.121.170	30.716.806
Equipamento de transporte	352.500	-	223.302	129.198
Ferramentas e utensílios	36.617	-	19.834	16.783
Equipamento administrativo	79.745	-	36.694	43.051
	<u>80.066.820</u>	<u>10.312.910</u>	<u>44.907.664</u>	<u>45.472.066</u>

Em 30 de Junho de 2004, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” um montante de 24.452.745 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 20.091.202 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano (Nota 54), e são como segue:

2004/2005	4.361.543
2005/2006	4.359.429
2006/2007	4.005.580
2007/2008	3.734.598
2008/2009	3.904.715
A partir de Julho de 2009 (Nota 29)	<u>4.086.880</u>
	<u>24.452.745</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2004, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	15.666.636	15.614.689	3	(181)	90,48	14.025.368
Guião (b)	6.313.844	197.762	2.748.902	(861.247)	85	3.051.621
Videodata (b)	588.337	98.444	-	(154.134)	100	<u>645.090</u>
						<u>17.722.079</u>

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia apurada no exercício de 1999 e relativa à alienação de diversas participações financeiras em empresas participadas àquela empresa no montante de 2.271.345 Euros, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações de 682.024 Euros. No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigrafica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o referido acordo é irrevogável. Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do grupo em 30 de Junho de 2004. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis.

- b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Estas participações financeiras encontram-se registadas ao custo. Decorrente de negociações em curso, tendentes à alienação destas participações financeiras, e que envolvem também a regularização de passivos registados pela Empresa, esta tem registada uma provisão de 3.696.710 Euros (Nota 34), correspondente à perda que estima vir a incorrer nestas alienações.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valores de balanço (Nota 10)
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. (a)	29.363.043	8.599.697	7.188.050	484.676	32%	2.751.903
Grafedisport (b)	5.279.799	3.336.244	2.401.348	(163.756)	50%	869.943
						<u>3.621.846</u>

- (a) A Gestigráfica detém uma participação de 9,0256% do capital da Naveprinter pelo que a percentagem efectiva de participação nesta empresa é de 41%. Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004 a Empresa intensificou as negociações em curso tendentes à alienação desta participação financeira o que veio a verificar-se durante o segundo semestre de 2004 (nota 55).
- (b) Esta participação financeira encontra-se registada ao custo, em virtude de esta participada ter sido constituída e ter iniciado a sua actividade apenas no início do primeiro semestre de 2004 e de se perspectivarem resultados aproximadamente nulos para aquele semestre. É convicção do Conselho de Administração que o impacto da aplicação do método da equivalência patrimonial a esta participação não é materialmente relevante para as demonstrações financeiras a 30 de Junho de 2004.

Em 30 de Junho de 2004, os saldos com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Cientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores, títulos a pagar	Empresas do grupo
Gestigráfica	584	-	-	-	-	-	9.067.954
Grafillis	166.387	-	-	288.879	63.292	-	44.856
Gesprint	-	-	1.422.587	-	343.445	-	220.940
Naveprinter	252.035	79.585	7.698	-	1.442.316	92.675	-
Guião	696.674	-	3.976.051	-	5.950	-	-
Grafedisport	5.530	-	681.549	-	-	-	-
Videodata	-	2.226	75.031	-	-	-	-
	<u>1.121.210</u>	<u>81.811</u>	<u>6.162.916</u>	<u>288.879</u>	<u>1.855.003</u>	<u>92.675</u>	<u>9.333.750</u>

Em 30 de Junho de 2004, as transacções com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Fornecimentos e serviços externos	Outros custos e perdas operacionais	Vendas	Proveitos suplementares	Imobilizado
Grafilis	-	-	-	5.859	-
Gesprint (a)	437.855	-	-	-	-
Naveprinter	-	6.923	-	-	-
Grafedisport	-	-	94.113	353.632	1.851.929
	<u>437.855</u>	<u>6.923</u>	<u>94.113</u>	<u>365.350</u>	<u>1.851.929</u>

- (c) O valor incluído em fornecimentos e serviços externos respeita a serviços de gestão prestados pela GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Gestprint”) relativos ao semestre findo em 30 de Junho de 2004, ao abrigo do contrato celebrado entre as duas entidades (Nota 49).

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2004, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa nos montantes de 8.365.338 Euros e 8.461.342 Euros registadas nas rubricas de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando provisionadas na sua totalidade (Nota 34).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 30 de Junho de 2004, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas, de 8.239.817 Euros.

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 30 de Junho de 2004, existiam contas a pagar em mora em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“IRS”), IRC, Contribuições para a Segurança Social e outros impostos de 900.204 Euros, 2.232.443 Euros, 63.571 Euros, 4.623.966 Euros e 34.902 Euros, respectivamente (Nota 48).

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Fazenda Pública a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. Até à presente data, as entidades envolvidas neste processo, ainda não se pronunciaram sobre o mesmo, pelo que não é conhecido o seu desfecho. Contudo, o Conselho de Administração, com base nos pareceres dos seus consultores fiscais, está convicto que o mesmo será deferido no curto-prazo, com perdão total de multas e penalidades, bem como de juros vencidos (e cujo total se estima em, aproximadamente, 2.200.000 Euros) até à referida data, pelo que em 30 de Junho de 2004, a dívida foi classificada no balanço, entre curto e médio e longo prazo, considerando o plano de reembolso proposto às entidades supra referidas.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 30 de Junho de 2004, as dívidas a terceiros relativas a contratos de locação financeira, as dívidas ao Estado e outras entidades públicas e as dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos inclusive, ascendiam a 4.086.880 Euros (Nota 15), 2.808.933 Euros (Nota 28) e 9.820.272 Euros (Nota 50), respectivamente.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 30 de Junho de 2004, existiam empréstimos bancários, de 13.039.273 Euros, garantidos por hipotecas sobre alguns edifícios (Nota 50).

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2004, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros de 1.185.227 Euros, que visam, essencialmente, garantir o pagamento do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI de 2.011.678 Euros (Nota 50).

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (Nota 46)	Utilizações	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros	3.795.470	-	(98.760)	3.696.710
Provisões para cobranças duvidosas (Nota 23)	16.826.680	-	-	16.826.680
Provisões para depreciação de existências	23.350	-	-	23.350
Provisões para outras aplicações de tesouraria (Nota 3 k))	430.000	-	-	430.000
Provisões para outros riscos e encargos	1.620.000	520.000	-	2.140.000
	<u>22.695.500</u>	<u>520.000</u>	<u>(98.760)</u>	<u>23.116.740</u>

A provisão para outros riscos e encargos, destina-se a cobrir riscos inerentes à actividade da Empresa.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2004, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2004:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Capital	20.000.000	-	-	20.000.000
Acções próprias – valor nominal	(261.065)	-	-	(261.065)
Acções próprias – descontos e prémios	(213.056)	-	-	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	8.056.989	-	-	8.056.989
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	28.021.789
Reserva legal	907.140	-	-	907.140
Outras reservas	8.424	-	-	8.424
Resultados transitados	(42.248.987)	-	(5.147.662)	(47.396.649)
Resultado líquido do exercício	(5.147.662)	1.369.574	5.147.662	1.369.574
	<u>9.123.572</u>	<u>1.369.574</u>	<u>-</u>	<u>10.493.146</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12) e de reavaliações extraordinárias efectuadas no exercício de 2000 (Notas 3.b) e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 28 de Maio de 2004, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 para resultados transitados.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no semestre findo em 30 de Junho de 2004, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	134.814	1.820.336
Compras	5.425	3.860.963
Regularização de existências	65.945	(1.000.541)
Existências finais	(134.814)	(884.183)
	<u>71.370</u>	<u>3.796.575</u>

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2004, é como segue:

Existências finais	153.824
Existências iniciais	(78.277)
	<u>75.547</u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no semestre findo em 30 de Junho de 2004, foram como segue:

Conselho de Administração	123.993
Conselho Fiscal	11.400
	<u>135.393</u>

44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços, no semestre findo em 30 de Junho de 2004, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	16.023.493
Mercado externo	60.487
	<u>16.083.980</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.025.629	2.314.190
Diferenças de câmbio desfavoráveis	483	194
Descontos de pronto pagamento concedidos	43.660	43.205
Outros custos e perdas financeiros	78.451	178.022
	<u>2.148.223</u>	<u>2.535.611</u>
Resultados financeiros	<u>(1.928.235)</u>	<u>(2.186.992)</u>
	<u>219.988</u>	<u>348.619</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	4.266	15.938
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	198.838	293.023
Rendimentos de participações de capital	6.643	-
Diferenças de câmbio favoráveis	154	784
Descontos de pronto pagamento obtidos	10.087	10.089
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	28.785
	<u>219.988</u>	<u>348.619</u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
<u>Custos e perdas:</u>		
Aumentos de provisões (Nota 34)	520.000	-
Donativos	12.852	9.086
Perdas em existências	773	10.189
Perdas em imobilizações (Nota 10)	10.394	-
Multas e penalidades	14.800	61.222
Outros custos e perdas extraordinários	805	16.861
	<u>559.624</u>	<u>97.358</u>
Resultados extraordinários	<u>1.204.688</u>	<u>455.094</u>
	<u>1.764.312</u>	<u>552.452</u>

Proveitos e ganhos:

Ganhos em imobilizações e existências (Nota 10)	390.451	385.158
Reduções de provisões (Nota 34)	-	10.189
Correcções relativas a exercícios anteriores	8	370
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.373.853	156.735
	<u>1.764.312</u>	<u>552.452</u>

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios a imobilizações corpóreas (Nota 3.h))	198.800
Indemnizações por sinistros (Nota 10) (a)	1.097.771
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira	38.590
Outros	38.692
	<u>1.373.853</u>

- (a) Este montante respeita à diferença entre o valor líquido contabilístico do equipamento básico acidentado num incêndio, ocorrido no dia 20 de Janeiro de 2004 e o valor da indemnização recebida do seguro.

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:

Retenções na fonte	1.850
Pagamento especial por conta	42.496
Imposto sobre o Valor Acrescentado	718.290
	<u>762.636</u>

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas

Singulares - retenções na fonte	2.378.171
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	63.571
IVA	900.204
Contribuições para a Segurança Social	4.864.890
Outros impostos	42.709
	<u>8.249.545</u>

- (a) Este montante respeita ao IRC a pagar relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 de 63.571 Euros.

As contas a pagar relativas a IVA, IRS, IRC, Segurança Social e outros impostos incluem valores vencidos de 900.204 Euros, 2.232.443 Euros, 63.571 Euros, 4.623.966 Euros e 34.902 Euros, respectivamente. Durante o exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Segurança Social e Fazenda Pública a regularizações destes valores, nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro (Nota 28).

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2004, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Outros	13.675
--------	--------

Custos diferidos:

Peças para conservação de máquinas	748.034
Seguros	57.424
Juros antecipados	381.547
Conservação plurianual	18.072
Outros	430.373
	<u>1.635.450</u>

Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.320.321
Fornecimentos e serviços externos (a)	567.843
Juros vencidos e não pagos	195.819
	<u>2.083.983</u>

Proveitos diferidos:

Indemnizações por perdas de exploração (b)	1.250.000
Subsídios ao investimento (Nota 3.h))	838.948
Mais-valias diferidas (c)	714.741
Outros	125.000
	<u>2.928.689</u>

- (a) Inclui um montante de 437.855 Euros relativo a serviços de gestão prestados pela Gestprint-SGPS, S.A. (Nota 16).
- (b) Este montante respeita à indemnização recebida por perdas de exploração, na sequência do incêndio ocorrido nas instalações da Empresa em 21 de Janeiro de 2004, para fazer face aos encargos a suportar no segundo semestre do exercício, decorrentes daquele incêndio
- (c) Este montante refere-se a uma operação de relocação financeira efectuada no exercício de 2001, com uma instituição financeira sobre um terreno da Empresa, estando o mesmo a ser diferido durante o período do contrato da referida operação.

50. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2004, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos bancários:			
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI") (a)	374.098	997.596	1.371.694
BPI (b)	374.098	1.745.793	2.119.891
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (c)	-	8.292.515	8.292.515
Outros (d)	4.739.607	12.571.350	17.310.957
	<u>5.487.803</u>	<u>23.607.254</u>	<u>29.095.057</u>
Empréstimos por obrigações:			
Emissão de 1988	<u>299</u>	<u>-</u>	<u>299</u>
Outros empréstimos:			
Papel comercial (e)	5.950.000	10.850.930	16.800.930
IAPMEI (f)	209.550	1.802.128	2.011.678
	<u>6.159.550</u>	<u>12.653.058</u>	<u>18.812.608</u>
	<u>11.647.740</u>	<u>36.260.223</u>	<u>47.907.963</u>

(a) Este empréstimo (Nota 30), vence juros à taxa Lisbor acrescida de 2% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos, sendo garantido por uma primeira hipoteca sobre as instalações adquiridas pela Empresa nessa operação.

(b) Este empréstimo (Nota 30) destinou-se a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica. O empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 2% e está garantido por segunda hipoteca às instalações mencionadas na alínea anterior, estando as receitas afectas às mesmas também consignadas como garantia.

(c) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00% e está garantido por terceira hipoteca das instalações supra referidas (Nota 30). O empréstimo vence-se no médio e longo prazo.

(d) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.073.788 Euros, registados a médio e longo prazo por não terem um plano de reembolso definido e não ser intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto-prazo.

Em 30 de Junho de 2004, o plano de reembolso dos empréstimos bancários, exceptuando a parcela que não tem plano de reembolso definido, supra referida, no total de 28.021.268 Euros, é conforme segue:

2004/2005	5.487.891
2005/2006	4.955.261
2006/2007	4.478.226
2007/2008	2.137.954
2008/2009	1.937.954
2009/2010	2.610.247
2010/2011	5.274.497
2011/2012	1.139.238
	<u>28.021.268</u>

- (e) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. A parcela de médio e longo prazo, inclui 2.500.000 Euros que não tem um plano de reembolso definido, nem é intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto prazo. O plano de reembolso do papel comercial, exceptuando a parcela supra referida, é o seguinte:

2004/2005	5.950.000
2005/2006	2.200.000
2006/2007	4.950.000
2007/2008	1.200.930
	<u>14.300.930</u>

- (f) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 30 de Junho de 2004, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros, encontrando-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 595.747 Euros cuja movimentação está condicionada à extinção da referida garantia. Em 30 de Junho de 2004, aquele montante encontra-se vencido e não pago, pelo que, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, à Segurança Social e à Fazenda Pública a regularização deste valor nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro. De acordo com o requerimento apresentado e nos termos do referido diploma, é convicção do Conselho de Administração, com base nos pareceres dos seus consultores legais, que o mesmo será deferido no curto-prazo, com perdão total de juros vencidos e vincendos e de acordo com o plano de reembolso proposto de noventa e seis prestações mensais. Consequentemente, em 30 de Dezembro de 2004 a Empresa repartiu esta dívida entre curto prazo e médio e longo prazo considerando o plano de reembolso proposto às entidades supra referidas.

51. OUTROS CREDORES – CURTO PRAZO

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2004, refere-se essencialmente a adiantamentos recebidos pela Empresa relativos a operações de *factoring*.

52. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Numerário	6.741	10.361
Depósitos bancários	1.639.888	65.939
Depósitos a prazo	1.074.656	1.030.183
Descobertos bancários	(1.020.036)	(4.855.161)
	<u>1.701.249</u>	<u>(3.748.678)</u>

53. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de Junho de 2004, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa contratou o alargamento do prazo de pagamento de dívidas a fornecedores, vencendo-se no médio e longo prazo 563.922 Euros sem vencimento de juros.

54. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de Junho de 2004, o detalhe das dívidas a fornecedores de imobilizado registadas no médio e longo prazo, era conforme segue:

Locação financeira (Nota 15)	20.091.202
Guião (a)	654.000

	20.745.202
	=====

(a) Este montante respeita à conta a pagar aos anteriores accionistas da referida empresa participada que se vence no médio prazo, como segue:

2005/2006	366.000
2006/2007	216.000
2007/2008	72.000

	654.000
	=====

55. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de Julho de 2004, no seguimento de negociações mantidas pela Administração, a Empresa concretizou a operação de venda do património imobiliário, onde se encontra instalada a sua unidade fabril, ao Fundo Imobiliário – “Gespatriónio Rendimento”. Simultaneamente, a Empresa celebrou um contrato de arrendamento daquelas instalações por um período, renovável, de 15 anos. À data da operação o valor líquido contabilístico destes bens era de, aproximadamente, 39.800.000 Euros. O encaixe financeiro obtido com esta operação é, de aproximadamente 41.000.000 Euros em 20 de Julho de 2004 a Empresa obteve uma garantia bancária a favor do IAPMEI no valor de 4.438.690 Euros, no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação, solicitado no exercício de 2003 ao IAPMEI nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro (Nota 28).

Em 3 de Agosto de 2004 foi concretizada a alienação da participação financeira, de 32% do capital da Naveprinter a uma empresa participada do Grupo Portugal Telecom.

Adicionalmente a Gestigráfica (Nota 16) estabeleceu com aquela entidade a promessa de compra e venda das acções por aquela detidas na Naveprinter, correspondentes a 9,02% do capital, em data a definir por qualquer das partes e por tempo indeterminado.

Em 21 de Março de 2004 foi celebrada a assinatura do protocolo de venda das participações de 85% e 100%, respectivamente, detidas pela Empresa no Guião e Videodata (Nota 16 b)).

Queluz de Baixo, 16 de Setembro de 2004

O Técnico Oficial de Contas

Liliana Cardeira Nunes

O Conselho de Administração:

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2004 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa") incluída; no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 133.660.134 Euros e capitais próprios de 10.493.147 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.369.574 Euros), na Demonstração dos resultados do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita, e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 8 abaixo, o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Reserva

8. O balanço em 30 de Junho de 2004, inclui contas a receber de terceiros, essencialmente de empresas relacionadas de, aproximadamente, 6.300.000 Euros, originadas, principalmente, em exercícios anteriores. A cobrança deste valor depende do sucesso futuro das operações dessas empresas e do apoio financeiro dos seus accionistas. A esta data e com a informação actualmente disponível, não nos é possível concluir quanto ao momento e respectivo valor de realização.

Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada excepto, quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2004 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas S.A. não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

10. Conforme mencionado nas Notas 28 e 50.f) do anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2004, o passivo inclui contribuições e impostos, vencidos nos exercícios de 2002 a 2004, bem como dívidas ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento de, aproximadamente, 7.855.000 Euros e 2.011.000 Euros, respectivamente e relativamente aos quais decorrem negociações tendentes à sua regularização. Ainda que até à data deste relatório não seja conhecido o resultado dessas negociações, o Conselho de Administração entende, com base nos pareceres dos seus consultores fiscais, que o seu desfecho será favorável, pelo que não foi registada qualquer provisão para fazer face a eventuais responsabilidades e contingências decorrentes desta situação.
11. Conforme mencionado na Nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2004, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Àquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em 7.530.000 Euros e 4.860.000 Euros, respectivamente, sendo realizáveis e exigíveis caso a Empresa venha a registar resultados fiscais suficientes.



12. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, embora em 30 de Junho de 2004 evidenciem resultados transitados negativos de 47.396.649 Euros, bem como activos correntes inferiores ao exigível de curto prazo. Tal como referido no Relatório do Gestão, o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras que, em seu entender permitirão a continuidade das operações. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das operações, dependem do sucesso futuro destas e do apoio financeiro dos seus accionistas.
13. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria datado de 26 de Março de 2004, inclui uma reserva semelhante à descrita no parágrafo 8 acima e cinco ênfases, uma semelhante a esta, outra não aplicável às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2004 e três semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 10 a 12 acima.

Lisboa, 16 de Setembro de 2004



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire